

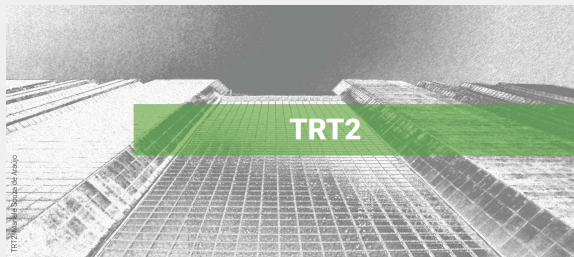
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 25

Período: 26 a 30 jun. 2023



Portaria n. 38/GP, de 28 de junho de 2023

Altera a Portaria n. 31/GP, de 25 de maio de 2023, para, excepcionalmente, no ano de 2023, prorrogar o prazo para novas inscrições no benefício Auxílio-Saúde e dá outras providências.

Portaria n. 199/CR.SCFIM, de 27 de junho de 2023

Designa a Excelentíssima Juíza Rafaela Lourenço Marques para atuar no mutirão para o atendimento jurídico às pessoas em situação de rua, por ocasião de etapa do programa “POP RUA JUD SANTOS”.

Comunicado n. 3/GP, de 27 de junho de 2023

Comunica aos Exmos. Srs. Desembargadores e às Exmas. Sras. Desembargadoras, aos Exmos. Srs. Juízes e às Exmas. Sras. Juízas, e aos Srs. Servidores e às Sras. Servidoras, a nova composição do E. Órgão Especial.

Portaria n. 39/GP, de 28 de junho de 2023

Designa servidores(as) para constituir a Equipe de Licitação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 27/DGA, de 29 de junho de 2023

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

CSJT

Resolução n. 359/CSJT, de 23 de junho de 2023

Edital de chamada para apresentação de sugestões ao Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 44, de 2023
Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência

Referenda o Ato n.

59/CSJT.

GP.SEJUR, de 7 de junho de 2023, que prorroga a suspensão da aplicação do art. 27 da Resolução n. 296/CSJT, de 25 de junho de 2021, que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal e sobre a distribuição da força de trabalho nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, até 31 de janeiro de 2024.

Ministério do Planejamento e Orçamento

[Portaria n. 168/SOF.MPO, de 22 de junho de 2023](#)

Altera a Portaria n. 57/SOF.MPO, de 17 de março de 2023, que estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2024, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.

Conselho Federal de Psicologia

[a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.](#)

Convida universidades, clínicas de direitos humanos, organizações não governamentais, associações profissionais, Defensorias Públicas, o Ministério Público Federal e dos estados, a Ordem dos Advogados do Brasil do Brasil, bem como toda e qualquer pessoa interessada para apresentação, por meio de memoriais escritos, de propostas para subsidiar a minuta de resolução a ser apresentada pelo Fonaer, relativamente aos eixos da política judiciária para a equidade racial.

Poder Legislativo

[Lei Complementar n. 198, de 28 de junho de 2023](#)

Altera a Lei Complementar n. 91, de 22 de dezembro de 1997, para manter os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de Municípios com redução populacional aferida em censo demográfico, aplicando redutor financeiro sobre eventuais ganhos, na forma e no prazo que especifica; e altera a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de

da Medida Provisória n.

1.171, de 30 de abril de 2023, que dispõe sobre a tributação da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior, altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei n. 11.482, de 31 de maio de 2007, e altera os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 46, de 2023](#)

Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória n. 1.173, de 1º de maio de 2023, que altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

Ministério da Fazenda

[Instrução Normativa n. 2.145/RFB, de 26 de junho de 2023](#)

Altera a Instrução Normativa n. 1.234/RFB, de 11 de janeiro de 2012,

[Resolução n. 14/CFP, de 28 de junho de 2023](#)

Regulamenta o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo na realização de avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, no âmbito das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência, dos demais marcos legais de órgãos governamentais e de projetos e ações no âmbito de saúde e segurança, nos diferentes contextos de trabalho.

CNJ

[Resolução n. 508/CNJ, de 22 de junho de 2023](#)

Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário.

Licitações e Contratos Administrativos).

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 45, de 2023](#)

Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória n. 1.172, de 1º de maio de 2023, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023.

que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços.

[Instrução Normativa n. 2.147/RFB, de 30 de junho de 2023](#)

Altera a Instrução Normativa n. 2.005/RFB, de 29 de janeiro de 2021, na parte em que dispõe sobre a obrigatoriedade da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A - 11º andar
CEP 01139-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

